

# Belém Log S.A.

CNPJ/MF nº 08.902.380/0001-61

## Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Diretoria da Minerva Log S.A., tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Belém-PA, 18 de março de 2022.

A Administração

Balanços Patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Impostos a recuperar	4	20	20
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>20</b>	<b>20</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Partes Relacionadas	-	2	2
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>22</b>	<b>22</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
	Notas	Capital social	Prejuízo acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>240</b>	<b>(218)</b>	<b>22</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>240</b>	<b>(218)</b>	<b>22</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>240</b>	<b>(218)</b>	<b>22</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais – R\$ – exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Informações gerais** – A Minerva Log S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado, tendo como suas principais atividades, transporte marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial de cargas em geral, com embarcações próprias ou alheias; operar terminais terrestres e portuários, incluindo navegação de apoio portuário; exercer atividades de armazenagem de mercadorias para terceiros; realização de serviços de logística e de administração de embarcação; prestar serviços de transporte rodoviário e ferroviário estadual e interestadual de cargas em geral; serviços de reparo naval; prestar serviços de despachante aduaneiro; e exercer atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades, quando necessárias ou convenientes aos interesses sociais. A Companhia tem sua sede social localizada em Belém-PA na Avenida Generalíssimo Deodoro de Mendonça, no 412, Anexo I, Bairro Umarizal, CEP: 66055-240.

**2. Base de preparação – Declaração de conformidade (com relação as normas IFRS e as normas do CPC):** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OPCO 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidencição a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária. As Demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

**3. Resumo das principais políticas contábeis – a) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros e ativos biológicos, os quais são mensurados pelo valor justo. **b) Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **c) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão de acordo com o pronunciamento contábil adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, no qual todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro. **Reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias: i) ativos mensurados ao custo de amortização; ii) valor justo por meio do resultado; ou iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Custo de amortização:** os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) os ativos financeiros forem mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia reconhecerá suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado. **Valor justo por meio do resultado:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment justamente com outros resultados líquidos diretamente no resultado; **Valor justo por meio do resultado abrangente:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratual quanto pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas a juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida: rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”. Na

renúncia do reconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; ou ii) instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “outros resultados abrangentes” e nunca são reclassificados para o resultado. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Desreconhecimento ativos financeiros:** os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a entidade deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. **Passivo financeiro ao custo amortizado:** a Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores; **Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado:** os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado, são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge efetivo. Os ganhos e perdas referentes aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** os passivos financeiros são baixados apenas quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também renuncia o reconhecimento de um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **e) Novas normas, alterações e interpretações:** Durante o exercício de 2020 e 2021, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas: **Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante:** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis; **Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020:** efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis. **Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado:** Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	-	-	-
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos</b>			
Despesas financeiras	-	-	-
Receitas financeiras	-	-	-
<b>Receita financeira líquidas</b>			
<b>Resultado antes dos impostos</b>			
<b>Imposto de renda e contribuição social – corrente</b>			
<b>Resultado do exercício</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Resultado do exercício</b>	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	-	-
<b>Varição nas contas de ativos e passivos</b>		
Tributos a recuperar	-	-
<b>Fluxo de caixa consumido nas atividades operacionais (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do período	-	-
No fim do período	-	-
<b>(Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis. **Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso:** Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis; **Alteração da norma IFRS 3: Referências a estrutura conceitual.** Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis; **Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9:** esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis; **Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis:** Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis. **Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis:** Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis. **Alteração da norma IFRS 16 – Arrendamentos:** Define o tratamento de mudanças em contratos de arrendamento mercantil que tenham relação direta com a pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/04/2021. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis. **Alteração da norma IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>4. Tributos a recuperar</b>		
Imposto de renda e CSLL	20	20
<b>Circulante</b>	<b>20</b>	<b>20</b>

**5. Provisão para riscos processuais** – A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. De acordo com os assessores jurídicos, não há qualquer contingência judicial envolvendo a Companhia e, também não há processos com probabilidade de perda possível. Dessa forma, não há qualquer registro nas demonstrações contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

**6. Patrimônio líquido – Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 está representado pelo montante de R\$ 240, representado por 240.000 (R\$ 240 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias sem valor nominal, com preço de emissão no valor de R\$ 1,00 cada, representada por títulos singulares e múltiplos.

Diretoria	
<b>Edivar Vilela de Queiroz</b>	– Diretor
<b>Ibar Vilela de Queiroz</b>	– Diretor
<b>Vítor Hidalgo Bonafim</b>	
Contador CRC 1SP 258.952/O-0	

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da Minerva Log S.A. – São Paulo-SP

**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Minerva Log S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Minerva Log S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Minerva Log S.A. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 às demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia está em fase pré-operacional durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, para o respectivo exercício não ocorreram transações financeiras, consequentemente não gerou receitas ou despesas, e os prejuízos acumulados totalizavam R\$ 218 mil (R\$ 218 mil em 31 de dezembro de 2020). Ainda conforme apresentado na referida Nota Explicativa, esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode suscitar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a este assunto. **Outros assuntos – Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação e com ênfase referente à “incerteza relevante com a continuidade operacional” datado de 25 de fevereiro de 2021. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **■** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **■** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; **■** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; **■** Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; **■** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; **■** Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 21 de março de 2022.

**BDO** BDO RCS Auditores Independentes SS Luiz Fernandes Carvalho Tenório  
CRC ZSP 013.846/O-1 Contador – CRC 1SP 264.072/O-9

## Minerva Log Balanço 2021-Digital pdf

Código do documento c5d1a9c0-38bc-432c-9fa4-2cc63d88e44f



### Assinaturas



Antonio Erbeth  
antonio.erbeth@oliberal.com.br  
Assinou



### Eventos do documento

#### 28 Apr 2022, 09:10:35

Documento c5d1a9c0-38bc-432c-9fa4-2cc63d88e44f **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email:antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-28T09:10:35-03:00

#### 28 Apr 2022, 09:11:17

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-28T09:11:17-03:00

#### 28 Apr 2022, 09:11:32

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 34856) - **Geolocalização: -1.4393117 -48.4717078** - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE\_ATOM: 2022-04-28T09:11:32-03:00

#### Hash do documento original

(SHA256):d47c078ba7c1884a2efada6fd14fb2a35ac449870c61e82cf1cbcaaac8d04c5c

(SHA512):beaa292bf6521ce1cfccf981114255d16365ad5b1e5ee7c4d43600f4edf1acc9ad8efbd70bd76e147026e85b89fbc24e4780342896e38ceefdb163efac2e90f8

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**